



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681342 - SP (2021/0226428-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DANILO ALVES SILVA JUNIOR  
**ADVOGADO** : DANILO ALVES SILVA JUNIOR - SP436603  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : TATIANA BURCIO SEREJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TATIANA BURCIO SEREJO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0008253-19.2021.8.26.0041).

A paciente teve indeferida a progressão ao regime aberto, em razão do não preenchimento do requisito objetivo.

O impetrante sustenta que a paciente faz jus à retificação no cálculo da pena, nos termos do art. 112, § 3º, da Lei de Execução Penal, por ser primária, possuir filho menor de 12 anos e, apesar de o crime ser hediondo ou equiparado, não ter havido violência ou grave ameaça.

Afirma que, no caso, deve ser considerado o lapso de 1/8 para o cálculo da progressão, pois a paciente não teria sido condenada como integrante de organização criminosa.

Requer, liminarmente e no mérito, seja considerado o resgate de 1/8 da pena para futura progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não acostou aos autos a cópia do acórdão mencionado no aresto ora impugnado (Agravado em Execução n. 0012386-41.2020.8.26.0041), em que fora analisada a matéria ventilada. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do acórdão proferido no Agravo em Execução n. 0012386-41.2020.8.26.0041.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência